

A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA URBANA NA ROTINA ESCOLAR

THE INFLUENCE OF URBAN VIOLENCE ON THE SCHOOL ROUTINE

Ágatha Nair Mariano Da Cruz

Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.

Prof. Eder Nicolau Alves Venancio

Mestre em Estudos de Linguagem

Profa. Márcia Maria Ferreira dos Santos

Mestre em Educação

Prof. Victor Ramos da Silva

Doutor em Linguística

RESUMO

O presente trabalho analisa a violência como um fenômeno social complexo e suas múltiplas manifestações no contexto escolar, destacando suas relações com as desigualdades sociais, a exclusão e as dinâmicas estruturais da sociedade. Discute-se como a violência urbana influencia o ambiente escolar, afetando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes, bem como as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos da escola. **Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações relacionadas à temática.** O estudo evidencia que a escola reflete as contradições sociais do território em que está inserida e que o enfrentamento da violência requer ações pedagógicas pautadas no diálogo, na escuta, na mediação de conflitos e na promoção da cultura de paz. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas e de práticas educativas comprometidas com a formação cidadã constitui um importante caminho para a construção de ambientes escolares mais seguros, democráticos e acolhedores.

Palavras-chave: Violência urbana. Violência escolar. Cultura de paz. Políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

This study analyzes violence as a complex social phenomenon and its multiple manifestations within the school context, highlighting its relationship with social inequalities, exclusion, and the structural dynamics of society. It discusses how urban violence affects the school environment, influencing students' cognitive, emotional, and social development, as well as pedagogical practices and the relationships established among members of the school community. **Methodologically, this is a qualitative bibliographical study based on the analysis of books, scientific articles, official documents, and legislation related to the subject.** The study shows that schools reflect the social contradictions of the territories in which they are located and that addressing violence requires pedagogical actions grounded in dialogue, active listening, conflict mediation, and the promotion of a culture of peace. It concludes that strengthening public policies and educational practices committed to citizenship education is an important path toward building safer, more democratic, and more welcoming school environments.

Keywords: Urban violence; School violence; Culture of peace; Educational public policies.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência é um tema que permeia diversas esferas da sociedade e, muitas vezes, é vista como um ato isolado. Entretanto, essa percepção simplista não reflete a complexidade desse fenômeno. A violência não acontece no vácuo, estando profundamente enraizada em contextos sociais, econômicos e culturais. Para compreendê-la de forma mais consistente, é necessário olhar além do ato em si e considerar as condições que o favorecem, como a desigualdade econômica, a exclusão social e a falta de oportunidades, fatores que contribuem para o aumento da violência em diferentes comunidades. Além disso, aspectos culturais, como a normalização da agressão em certos contextos, influenciam comportamentos violentos, tornando esse fenômeno multifacetado e exigindo uma análise aprofundada.

A história também desempenha um papel central na formação das dinâmicas de violência. Eventos passados, traumas coletivos e legados de opressão moldam a forma como as comunidades lidam com conflitos e agressões, contribuindo para a reprodução de desigualdades e tensões sociais ao longo do tempo. Portanto, considerar a dimensão histórica é fundamental para compreender as manifestações atuais da violência.

Neste trabalho, busca-se analisar de que maneira a violência urbana influencia a rotina escolar de discentes de escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro, considerando seus impactos no desempenho acadêmico, na saúde emocional e nas dinâmicas de convivência escolar. Busca-se identificar os principais episódios e formas de violência urbana que afetam o cotidiano escolar dos estudantes, compreender como essa violência repercute no desempenho acadêmico, na motivação e na frequência escolar, investigar seus efeitos emocionais e subjetivos sobre estudantes e professores, analisar as estratégias pedagógicas e institucionais adotadas pelas escolas para enfrentar e minimizar seus impactos e avaliar de que forma as políticas públicas contribuem — ou apresentam lacunas — no enfrentamento da violência escolar. Propõem-se, também, ações e reflexões que favoreçam a promoção da cultura de paz e a melhoria do clima escolar.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Complementarmente, Minayo (2014) destaca que a abordagem qualitativa permite compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os significados produzidos nas relações sociais. Nessa perspectiva, foram analisados livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações que discutem a violência urbana, a violência escolar, as desigualdades sociais, as políticas públicas educacionais e a promoção da cultura de paz. A partir desses referenciais, buscou-se compreender as repercussões da violência no contexto escolar e as possibilidades de seu enfrentamento por meio de práticas pedagógicas e políticas públicas.

A escolha deste tema justifica-se pela crescente intensificação da violência urbana e pelos impactos que ela produz diretamente na escola, espaço que deveria garantir segurança, aprendizagem e desenvolvimento integral aos estudantes. As escolas públicas localizadas em territórios vulneráveis enfrentam desafios estruturais que comprometem sua rotina, desde interrupções de aulas por conflitos armados até o comprometimento emocional de alunos e professores.

Compreender esses impactos é essencial para que a instituição escolar seja reconhecida como um espaço de proteção, convivência democrática e promoção da cultura de paz. Além disso, a temática contribui para o debate acadêmico sobre desigualdade social, políticas públicas e garantia de direitos, fortalecendo práticas pedagógicas capazes de transformar realidades escolares marcadas pela violência. Trata-se, portanto, de um estudo socialmente relevante, que dialoga com problemas concretos do cotidiano escolar e que pode subsidiar estratégias de intervenção e prevenção nas escolas.

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIAS E DESIGUALDADES SOCIAIS

A palavra violência origina-se do latim *violentia*, associada à ideia de força excessiva, violação ou uso da força (Cunha, 2010). Em outras palavras, entende-se que o uso da força contra a lei ocorre quando uma pessoa tenta impedir que a autoridade cumpra alguma norma ou decisão legal utilizando agressão física ou ameaças.

Segundo Misse (2006, p. 5),

com o passar do tempo, o termo passou a ser empregado de forma mais ampla, não apenas para indicar ações físicas de agressão, mas também para descrever emoções intensas, rupturas de ordem social e comportamentos que ferem o bem-estar coletivo.

De forma geral, essa ampliação do conceito modificou a compreensão da violência, que deixou de estar associada apenas às agressões físicas e passou a abranger também formas de violência verbal, psicológica, moral e simbólica. Nesse sentido, entende-se que a violência constitui um comportamento social que ultrapassa o âmbito individual e expressa padrões culturais, tensões estruturais, normas coletivas e desigualdades construídas historicamente (Silva; Silva, 2006).

As normas sociais orientam a convivência entre os indivíduos, favorecendo valores como respeito, igualdade, solidariedade e justiça. Entretanto, fatores como desigualdade, injustiça social, processos de exclusão e naturalização da agressividade podem favorecer a reprodução de comportamentos violentos. A modelagem social também exerce influência nesse processo, uma vez que as pessoas aprendem e reproduzem comportamentos observados em seu ambiente familiar, escolar e comunitário. Quando a violência é percebida como forma legítima de resolver conflitos, tende a ser incorporada às relações sociais.

Esses elementos evidenciam que a violência não constitui apenas uma questão individual, mas resulta de dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas que influenciam as formas de convivência. Além disso, está frequentemente relacionada à manutenção de estruturas de poder e dominação, sendo utilizada como mecanismo de preservação das desigualdades sociais.

Essas estruturas manifestam-se por meio de relações sociais, econômicas e culturais que conferem privilégios

a determinados grupos, enquanto outros permanecem em condições de marginalização ou invisibilidade. A hierarquia social construída historicamente, marcada por fatores como raça, classe e gênero, amplia as desigualdades de acesso a direitos e oportunidades, favorecendo a permanência de relações desiguais. Mesmo diante da igualdade formal prevista em lei, o acesso às instituições, aos bens culturais e às oportunidades permanece distribuído de forma desigual.

Segundo Garner, “a função da escola é manter desigualdades sociais e preservar o poder daqueles que dominam a sociedade” (Garner, 2021 *apud* Franco; Santos, 2021, p. 4).

Quando as instituições escolares partem do pressuposto de que todos os estudantes possuem as mesmas condições de aprendizagem, desconsiderando as desigualdades estruturais, acabam contribuindo para a reprodução dessas diferenças sociais.

A violência pode manifestar-se de forma explícita, por meio de agressões físicas ou verbais, ou de maneira mais sutil, como na violência simbólica, que atua nas relações culturais e institucionais (Bourdieu, 1998; Franco; Santos, 2021).

De acordo com Pierre Bourdieu (1998), a violência simbólica é um tipo de dominação que ocorre de forma disfarçada, sem o uso direto da força, sendo legitimada pelas estruturas sociais e internalizada pelos próprios indivíduos. Trata-se de um poder invisível que se exerce com o consentimento inconsciente daqueles que são dominados, pois as desigualdades e hierarquias são apresentadas como naturais e, por isso, aceitas socialmente. Essa forma de violência está presente nas escolas, nas relações de gênero, nas instituições públicas e na mídia, sustentando a reprodução de padrões sociais de dominação e submissão.

Nos dias atuais, estudiosos brasileiros, como Franco e Santos (2021) e Teles (2020), reafirmam que a violência simbólica continua sendo uma das formas mais sutis e persistentes de exclusão social, pois se manifesta nas atitudes cotidianas, nas práticas pedagógicas e nas representações culturais que reforçam estereótipos. Compreender a violência em suas múltiplas dimensões é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que promovam a justiça social e a convivência pacífica.

Essas políticas públicas podem ser entendidas como ações planejadas e executadas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades coletivas e garantir os direitos da população. Elas envolvem a criação de programas, leis e projetos voltados para áreas como educação, saúde, segurança, moradia e assistência social, buscando reduzir desigualdades e promover o bem-estar comum (Souza, 2021).

Quando bem elaboradas e acompanhadas de forma contínua, essas ações tornam-se instrumentos de justiça social, pois asseguram que recursos e oportunidades sejam distribuídos de maneira mais equitativa entre os cidadãos. Dessa forma, contribuem para a redução das desigualdades históricas, o combate à exclusão e o fortalecimento da cidadania, garantindo que grupos vulneráveis tenham acesso efetivo aos seus direitos. Em outras palavras, políticas públicas eficazes transformam demandas sociais em ações concretas, promovendo condições dignas de vida e igualdade

de oportunidades (Arretche, 2019).

O enfrentamento da violência exige uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos individuais quanto as causas estruturais do fenômeno. Como afirma Minayo (1994, p. 3), "a violência não pode ser compreendida como um ato isolado ou puramente individual". Trata-se de um fenômeno social complexo, resultante da interação de múltiplos fatores econômicos, culturais, institucionais e históricos. Essa perspectiva amplia a compreensão do tema e evidencia como as desigualdades sociais, as limitações das políticas públicas e os processos históricos influenciam o cotidiano, afetando diferentes realidades, especialmente em comunidades marcadas pela vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o próprio entendimento de Minayo (1994 apud Hayeck, 2009, p. 3) reforça que a violência deve ser analisada a partir dessa complexidade, o que demanda estratégias de enfrentamento que articulem dimensões individuais e estruturais. Essa perspectiva amplia a compreensão do tema e evidencia como dinâmicas sociais, insuficiências de políticas públicas e desigualdades impactam o cotidiano, afetando diferentes realidades, especialmente nas comunidades.

De acordo com Zaluar, "A violência letal, geralmente mais disseminada, está associada à sinergia entre o funcionamento precário do sistema de justiça, o crescimento do crime organizado e a exclusão social" (1994, p. 36).

A violência letal manifesta-se quando o Estado não exerce plenamente suas funções de garantir segurança, justiça e igualdade social. Isso ocorre pela falta de interesse ou pela ineficiência das instituições públicas em assegurar o funcionamento adequado de políticas voltadas à população, como educação, saúde, moradia e segurança. Quando essas áreas não recebem a devida atenção, criam-se condições para o aumento da criminalidade, pois parte da população se sente abandonada e, sem oportunidades, pode recorrer a meios ilegais para sobreviver. Contudo, esse fenômeno não ocorre de forma isolada ou por acaso, mas como resultado da combinação de três fatores principais: desigualdade social, ausência do Estado e cultura da violência (Adorno, 2010).

De acordo com Adorno (2010), esses elementos se interligam e se reforçam mutuamente, formando um ciclo difícil de romper na sociedade brasileira. O primeiro fator é a desigualdade social, que se expressa nas diferenças de acesso à educação, saúde, moradia e oportunidades de emprego. A exclusão e a pobreza criam um ambiente propício ao aumento da criminalidade, pois indivíduos em condições precárias tendem a ter menos perspectivas de ascensão social e, muitas vezes, recorrem a meios ilegais como forma de sobrevivência. Essa desigualdade não é apenas econômica, mas também simbólica e racial, perpetuando um sistema que favorece determinados grupos em detrimento de outros.

O segundo fator é a ausência do Estado, entendida como a insuficiência da atuação das instituições públicas na garantia de direitos e segurança. Quando o Estado não cumpre seu papel de promover políticas públicas eficientes e proteger todos os cidadãos, cria-se um vácuo de poder, frequentemente ocupado por grupos criminosos organizados. Essa ausência contribui para a sensação de abandono e para a desconfiança nas autoridades, dificultando a construção de uma sociedade mais justa e segura (Adorno, 2010).

O terceiro fator é a cultura da violência, entendida como a naturalização da agressividade como forma de resolver conflitos. Segundo Minayo (1994), a violência está enraizada nas relações sociais, sendo reproduzida nas famílias, nas escolas, na mídia e em outras instituições. Essa cultura faz com que atos violentos sejam naturalizados, perpetuando ciclos de agressão e dificultando o desenvolvimento de práticas fundamentadas no diálogo e no respeito mútuo.

De acordo com Adorno (1996 apud Adorno, 2010), a ineficiência das instituições de segurança pública no Brasil manifesta-se pela falta de investimento, pela má gestão e pela ausência de políticas públicas preventivas. Investigar de forma ineficaz significa não apurar corretamente as causas, os autores e as provas de um crime, resultando em impunidade. Ainda segundo o autor, a lentidão e a burocracia do sistema judicial contribuem para que poucos crimes sejam devidamente julgados, gerando descrédito nas instituições e ampliando a sensação de insegurança.

Essa ineficiência também está relacionada à seletividade penal, conceito discutido por Baratta (2002 apud Adorno, 2010), que descreve como o sistema de justiça tende a punir mais severamente as classes populares, enquanto crimes cometidos por grupos de maior poder econômico e político recebem tratamento diferenciado. Essa seletividade reforça as desigualdades estruturais e evidencia o caráter discriminatório do sistema penal brasileiro.

Conforme explica Zaluar (1994), o crescimento do crime organizado está diretamente relacionado à ausência do Estado em áreas de vulnerabilidade social. Nessas regiões, facções criminosas passam a ocupar o espaço deixado pelo poder público, oferecendo aos moradores proteção, assistência e até oportunidades de renda ilegal, ao mesmo tempo em que impõem suas próprias regras e controlam os territórios. O domínio dessas facções gera aumento de confrontos armados, execuções e disputas territoriais, elevando os índices de violência letal nas comunidades.

Além da ausência do Estado, a exclusão social constitui outro fator determinante nesse processo. Segundo Minayo (1994), a exclusão social caracteriza-se pela negação de direitos e oportunidades a determinados grupos, impedindo o pleno exercício da cidadania. Essa exclusão manifesta-se na dificuldade de acesso à educação de qualidade, à moradia digna, à saúde pública, ao emprego formal e também em formas estruturais de discriminação, como o racismo e a desigualdade histórica.

Jovens que crescem em contextos de vulnerabilidade e sem perspectivas de futuro tornam-se mais suscetíveis ao aliciamento por grupos criminosos, que passam a representar uma possibilidade de reconhecimento social e sobrevivência. As condições sociais desiguais vivenciadas por muitos jovens das periferias urbanas favorecem sua inserção em práticas ilícitas, pois o crime pode ser percebido como um caminho de ascensão social diante da ausência de oportunidades oferecidas pelo Estado (Zaluar, 1994).

Essa busca por status e pertencimento social, conforme destaca Souza (2009), é alimentada pela cultura do consumo e pela valorização dos bens materiais, levando parte da juventude a enxergar o crime como uma alternativa rápida para alcançar prestígio e poder econômico. Como consequência, observa-se o fortalecimento da criminalidade e das facções, que se aproveitam das fragilidades das políticas públicas voltadas à segurança, à educação e ao trabalho.

Como explica Diniz (2015), a juventude pobre, especialmente negra e periférica, é simultaneamente a principal vítima da violência e, muitas vezes, retratada como seu principal agente, revelando o preconceito e a seletividade presentes nas políticas de segurança pública. Além disso, é importante considerar que a constituição da subjetividade desses jovens — isto é, a forma como constroem sua identidade, suas referências e suas expectativas de futuro — é profundamente influenciada pelo contexto social em que vivem.

De acordo com Rey (2003), a subjetividade pode ser compreendida como "um sistema complexo de significações e sentidos que se produzem nas interações sociais e nas experiências individuais" (Rey, 2003, p. 45). Assim, ela não é algo dado ou fixo, mas construída continuamente nas relações que o sujeito estabelece com o mundo. Em outras palavras, "a forma como o jovem elabora sua visão de mundo e suas expectativas está intimamente ligada às condições concretas de vida e às referências simbólicas que o meio social lhe oferece" (Araújo, 2001, p. 21).

No contexto escolar, como observa Charlot (2000, p. 57), "as experiências vividas pelos alunos em seu meio social produzem significações que se refletem na relação que estabelecem com o saber, com a escola e com o próprio mundo". Compreender a constituição da subjetividade dos jovens é essencial para analisar os impactos da violência urbana sobre suas vidas e seu desempenho escolar. O olhar pedagógico precisa considerar não apenas os comportamentos visíveis, mas também as dimensões emocionais e simbólicas que estruturam o modo como esses sujeitos percebem a si mesmos e o mundo à sua volta.

A violência, em suas múltiplas formas de manifestação, é um fenômeno social complexo que se expressa de diferentes maneiras no cotidiano das instituições escolares. No ambiente escolar, ela pode assumir formas físicas, psicológicas, verbais, sexuais, patrimoniais, morais e estruturais, atingindo alunos, professores e os demais membros da comunidade escolar.

A violência física refere-se a qualquer ato intencional que cause dor, lesão ou dano ao corpo de outra pessoa. Esses atos podem ocorrer em diferentes contextos — familiar, escolar ou comunitário — e, segundo Abramovay (2002), muitas vezes são reproduzidos a partir de ciclos de violência aprendidos na infância, reforçados por fatores como abuso de substâncias, estresse, machismo e desigualdade de gênero.

A violência psicológica ou emocional manifesta-se por meio de comportamentos que causam sofrimento psíquico e diminuem a autoestima da vítima, como manipulação, humilhação e ameaças. Conforme destaca Minayo (1994, p. 27-28), essa forma de violência fere a integridade emocional e pode deixar marcas profundas, resultando em quadros de depressão, ansiedade e isolamento social.

Outro tipo bastante recorrente nas escolas é a violência verbal, caracterizada pelo uso de palavras ofensivas, ironias, ameaças ou apelidos depreciativos. Embora possa parecer menos grave, esse tipo de agressão compromete as relações de convivência e o ambiente educativo, criando um clima de medo e desrespeito.

A violência sexual, ainda que mais silenciosa, também constitui uma realidade. De acordo com o UNICEF (2019), ela envolve qualquer ato ou tentativa de ato sexual sem consentimento, utilizando força, coerção ou manipulação. No contexto escolar, pode incluir assédio, chantagem e toques inapropriados, afetando severamente o desenvolvimento psicológico e emocional das vítimas.

A violência patrimonial também se manifesta no cotidiano, embora seja menos discutida. Ela ocorre quando há controle, destruição ou retenção de bens, objetos ou recursos de alguém sem consentimento, com o objetivo de dominar ou prejudicar a vítima. No caso de crianças e adolescentes, pode aparecer em situações de exclusão social, roubo de materiais escolares ou impedimento de acesso a recursos básicos.

Já a violência moral está associada à tentativa de ferir a honra, a imagem ou a reputação de uma pessoa por meio de calúnias, difamações ou humilhações públicas. Essa forma de violência compromete a dignidade do sujeito e reforça relações de poder desiguais, especialmente em contextos marcados pela discriminação e pelo preconceito.

Por fim, destaca-se a violência estrutural, uma forma de violência invisível e sistêmica produzida pelas próprias estruturas sociais. Ela impede o acesso igualitário a direitos fundamentais, como educação, saúde, moradia e segurança, perpetuando desigualdades e processos de exclusão. No ambiente escolar, manifesta-se na precariedade da infraestrutura, na insuficiência de políticas públicas e nas desigualdades que repercutem no desempenho e nas oportunidades dos estudantes.

Dessa forma, percebe-se que a violência não se restringe às agressões físicas, mas abrange também dimensões simbólicas, emocionais e estruturais. Como observa Abramovay (2002, p. 32), "a escola é um microcosmo da sociedade: nela se refletem tanto as formas de convivência pacífica quanto as expressões da violência social". Assim, compreender essas diferentes manifestações é fundamental para a proposição de ações pedagógicas capazes de fortalecer o compromisso da escola com a promoção da cultura de paz.

IMPACTO DA VIOLÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ (LEI Nº13.663/2018)

A violência é um fenômeno que ultrapassa os limites físicos e sociais, atingindo profundamente o campo emocional e cognitivo dos sujeitos. Na escola, manifesta-se de diferentes formas, seja nas relações entre alunos, nas interações entre professores e estudantes ou nas próprias estruturas institucionais, provocando efeitos que vão muito além da indisciplina ou da agressividade.

Segundo Samanho e Almeida (2015, p. 42), "a violência no ambiente escolar afeta o psiquismo dos sujeitos e interfere em sua capacidade de pensar, aprender e se relacionar".

Essa afirmação revela que o processo de aprendizagem está intimamente ligado à dimensão emocional e que o sofrimento provocado pela violência gera bloqueios cognitivos significativos.

Ao refletir sobre essa realidade, percebe-se que o desenvolvimento cognitivo depende de um ambiente seguro e acolhedor. A violência urbana, que frequentemente invade o espaço escolar, provoca nos alunos sentimentos de medo, insegurança e desconfiança. Tais emoções prejudicam a concentração, a memória e a capacidade de abstração,

funções mentais essenciais para a aprendizagem. A exposição contínua a situações de violência produz um sofrimento que se reflete na dificuldade de simbolizar as experiências vividas. Para as autoras, "a violência produz uma ruptura no pensamento, impedindo o sujeito de transformar a experiência em aprendizado" (Samanho; Almeida, 2015, p. 47).

Assim, o processo de construção intelectual e emocional é comprometido, repercutindo diretamente na aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto relevante abordado pelas autoras refere-se aos impactos da violência sobre o professor e o clima escolar. O educador, também atravessado por situações de ameaça e tensão, muitas vezes reage de forma defensiva, o que enfraquece o vínculo com os alunos. Samanho e Almeida (2015, p. 59) observam que "o sofrimento do professor, muitas vezes silenciado, retorna sob a forma de distanciamento ou de práticas rígidas que reproduzem a violência vivida".

Essa dinâmica evidencia que tanto docentes quanto discentes são afetados, fragilizando o processo pedagógico quando a escola deixa de constituir-se como espaço de escuta e acolhimento.

Compreende-se, portanto, que o ambiente emocional da escola é determinante para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Um espaço marcado pela violência, seja física, verbal ou simbólica, tende a gerar bloqueios emocionais, retraimento e desinteresse. Em contrapartida, uma escola que acolhe, escuta e compreende as necessidades de seus estudantes favorece a reconstrução da confiança e do desejo de aprender, criando condições para que eles elaborem suas experiências e se expressem com maior segurança.

Além disso, a violência urbana interfere na subjetividade de estudantes e educadores, gerando sentimentos de impotência, medo e desmotivação. Abramovay (2012) afirma que a exposição contínua à violência fragiliza os vínculos afetivos, compromete a convivência e impacta os processos cognitivos, tornando a escola um espaço de tensão e resistência. Nessa perspectiva, a autora propõe a promoção de uma cultura de paz, baseada no diálogo, na escuta e na valorização das diferenças, como caminho para transformar o ambiente escolar e favorecer o desenvolvimento cognitivo e emocional dos sujeitos.

A convivência escolar, portanto, torna-se um eixo central para enfrentar as consequências da violência urbana. A escola precisa constituir-se como um espaço de acolhimento, respeito e participação coletiva, no qual todos os sujeitos se sintam pertencentes e ouvidos.

Para isso, Abramovay (2012) defende o investimento em práticas de mediação de conflitos, formação de professores e projetos interdisciplinares que envolvam a comunidade, fortalecendo os laços sociais e promovendo a cidadania. Dessa forma, compreender a violência urbana e seus reflexos na escola exige um olhar sensível sobre as condições de vida dos alunos e sobre o papel social da instituição escolar. Mais do que um espaço de transmissão de conhecimentos, a escola constitui um território de convivência, construção de valores e resistência frente às desigualdades. Como afirma a autora, é necessário "construir uma nova cultura de convivência" (Abramovay, 2012, p. 43), na qual o respeito, o diálogo e a solidariedade possam se sobrepor às práticas de exclusão e violência.

A escola, como espaço de formação humana e social, é um dos principais ambientes em que se constrói o

convívio entre as diferenças. Nesse sentido, a Lei nº 13.663/2018 reforça o papel das instituições escolares na promoção da cultura de paz e na prevenção da violência, ao alterar o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir como incumbência das escolas: promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying); [...] estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz (Brasil, 2018, n. p.).

Essa legislação representa um importante marco para as políticas educacionais, ao reconhecer que o enfrentamento da violência não se limita à repressão, mas requer práticas educativas fundamentadas no respeito, no diálogo e na cooperação. Como afirma Nodari (2023), a educação para hábitos e atitudes de comunicação pacífica e não violenta é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e humana, sendo a escola um espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas competências.

No contexto das escolas públicas, a violência urbana interfere diretamente na rotina escolar, afetando o desempenho acadêmico e a saúde mental dos estudantes. Diante dessa realidade, o trabalho pedagógico precisa ultrapassar a transmissão de conteúdos, incorporando estratégias que favoreçam também a formação ética, emocional e cidadã dos alunos.

Monteiro e Asinelli-Luz (2020) ressaltam que:

projetos e programas de prevenção precisam atuar de forma sistêmica, atingindo todos os envolvidos na comunidade escolar, com o intuito de minimizar a violência no ambiente da escola, favorecendo assim o desenvolvimento dos conceitos de paz, respeito e diversidade (Monteiro; Asinelli-Luz, 2020, p. 567- 584).

Essa perspectiva amplia o papel da escola, que passa a atuar também como mediadora dos conflitos sociais presentes no cotidiano de seus estudantes. A promoção da cultura de paz, nesse sentido, demanda ações pedagógicas contínuas, envolvendo tanto a formação dos professores quanto a participação ativa da comunidade escolar.

Segundo Nascimento e Silva (2022), a formação continuada dos docentes constitui um dos pilares desse processo, pois professores preparados para atuar com comunicação não violenta podem transformar as dinâmicas de convivência escolar e intervir precocemente em situações de conflito.

Essa abordagem torna-se ainda mais relevante em contextos de vulnerabilidade social, onde os reflexos da violência urbana se manifestam de forma mais intensa. Oliveira, Vieira e Coffi (2023) destacam que a Comunicação Não Violenta (CNV) constitui importante ferramenta pedagógica para fortalecer o diálogo e reduzir práticas agressivas entre alunos, professores e famílias, por estar diretamente vinculada aos princípios dos direitos humanos, exigindo empatia, escuta ativa e mediação de conflitos. Na prática, isso significa transformar a forma como a escola estabelece suas relações, substituindo a lógica da punição pela lógica do diálogo e da reconstrução de vínculos.

Além da Comunicação Não Violenta, outras práticas pedagógicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de fortalecer a cultura de paz no ambiente escolar. De acordo com Farias e Bicalho (2021), projetos de educação ambiental em escolas públicas favorecem a reflexão sobre a vida coletiva e o cuidado com o outro e com o ambiente, constituindo caminhos concretos para a promoção da convivência pacífica. Da mesma forma, Weiler e Freitas (2024) destacam que a justiça restaurativa, articulada à educação socioemocional, contribui para a construção de ambientes escolares mais saudáveis e para o fortalecimento de competências relacionadas à convivência e à cultura de paz. Essas abordagens evidenciam que a promoção da cultura de paz não deve permanecer apenas no plano discursivo, mas traduzir-se em metodologias, projetos e ações concretas no cotidiano escolar.

Entretanto, promover essa cultura em escolas localizadas em contextos de vulnerabilidade social implica reconhecer que a violência urbana atravessa o cotidiano escolar de diferentes maneiras. Segundo Silva e Bortot (2025), a adoção de políticas públicas articuladas a práticas pedagógicas voltadas para a cultura de paz pode reduzir significativamente a violência escolar, transformando a escola em um espaço de resistência à violência social e fortalecendo a articulação entre ações educativas e políticas públicas.

Assim, a escola passa a ser compreendida como um espaço de resistência diante da realidade de violência que afeta estudantes e professores. A promoção da cultura de paz configura-se, portanto, como um caminho essencial para enfrentar os impactos da violência urbana, favorecer o aprendizado e contribuir para o equilíbrio emocional dos estudantes, além de fortalecer o papel social da escola na formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a transformação da realidade em que vivem.

O primeiro passo para o enfrentamento da violência consiste em reconhecer que o problema não está isolado no interior da escola, mas inserido em um contexto social e cultural mais amplo. Muitos estudantes chegam à sala de aula trazendo experiências de exclusão, preconceito e insegurança que influenciam seu comportamento. Nesse contexto, a escola deve atuar como espaço de reconstrução simbólica, favorecendo o desenvolvimento da empatia, do autocontrole e do respeito às diferenças. Abramovay (2012, p. 44) afirma que "as ações pedagógicas que priorizam o diálogo e o respeito mútuo favorecem a construção de uma cultura de paz".

Outro aspecto essencial refere-se à valorização da escuta ativa e da mediação de conflitos como práticas permanentes da rotina escolar. Abramovay (2012) destaca que o enfrentamento da violência não deve ocorrer apenas em momentos de crise, mas integrar o cotidiano da instituição. Segundo a autora, "a mediação escolar se apresenta como instrumento pedagógico eficaz na resolução de conflitos e na construção de uma cultura de paz" (Abramovay, 2012, p. 65). Nesse sentido, rodas de conversa, assembleias estudantis e espaços de expressão possibilitam que os estudantes compartilhem seus sentimentos e aprendam a lidar com as diferenças. Essas iniciativas funcionam como estratégias preventivas, ao transformar os conflitos em oportunidades de aprendizagem.

A formação de professores também constitui um elemento fundamental nas ações de prevenção da violência. Abramovay (2012, p. 72) observa que muitos educadores se sentem inseguros diante de situações de indisciplina e

agressividade, destacando que "é fundamental que a formação docente inclua o desenvolvimento de competências socioemocionais e de estratégias de prevenção da violência". Essa perspectiva reforça que o papel do professor ultrapassa a transmissão de conteúdos, exigindo atuação como mediador das relações e facilitador da convivência. Um educador preparado consegue identificar sinais de sofrimento e atuar de forma empática, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor.

Além disso, a parceria entre escola, família e comunidade é indispensável para o fortalecimento das ações de enfrentamento da violência. Como afirma Abramovay (2012, p. 88), "a escola sozinha não consegue enfrentar o fenômeno da violência; é preciso construir alianças com a família e com a comunidade local". Essa colaboração favorece a criação de redes de apoio capazes de fortalecer a proteção de crianças e adolescentes. Quando a comunidade participa da vida escolar, amplia-se o compromisso coletivo com o desenvolvimento e o bem-estar dos estudantes, contribuindo para um clima educativo mais seguro e acolhedor.

Outro aspecto importante é a promoção de atividades que estimulem a solidariedade, o respeito e o sentimento de pertencimento. Projetos envolvendo artes, esportes, debates e ações de cidadania fortalecem a convivência e ajudam os estudantes a compreender que a escola é um espaço de construção coletiva, no qual todos compartilham responsabilidades pela manutenção de relações respeitadas.

Dessa forma, o enfrentamento da violência escolar deve ser sustentado por práticas pedagógicas contínuas e integradas, fundamentadas na escuta, no diálogo e na formação humana. Ações exclusivamente punitivas mostram-se insuficientes, pois reprimem comportamentos sem enfrentar suas causas estruturais. Ao constituir-se como um espaço de convivência democrática, a escola cumpre seu papel social de educar para a vida, desenvolvendo valores éticos e emocionais que ultrapassam o currículo formal. Como destaca Abramovay (2012, p. 91), a educação para a convivência representa um dos caminhos mais consistentes para a superação da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a violência constitui um fenômeno social complexo, presente em múltiplas dimensões da vida coletiva e diretamente relacionado às desigualdades estruturais que marcam a sociedade contemporânea. No contexto escolar, essa realidade manifesta-se de forma contínua, influenciando as relações interpessoais, o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes.

Observa-se que a escola, embora seja um espaço de formação e socialização, também reflete as contradições sociais do território em que está inserida, sendo atravessada por diferentes formas de violência, como a física, a simbólica, a

psicológica, a verbal e a estrutural. Essas manifestações impactam o clima escolar, fragilizam os vínculos afetivos e comprometem o desempenho acadêmico, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, verifica-se que o enfrentamento da violência não se restringe a ações punitivas, mas exige estratégias pedagógicas contínuas, articuladas e fundamentadas no diálogo, na escuta ativa e na construção de vínculos. Nesse sentido, a promoção da cultura de paz apresenta-se como um caminho fundamental, reforçado por políticas públicas e pela Lei nº 13.663/2018, que orienta as instituições escolares a desenvolverem ações de prevenção e combate à violência.

Dessa forma, compreende-se que a escola desempenha um papel central na transformação social, ao atuar não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também na formação ética, emocional e cidadã dos sujeitos. Ao integrar práticas pedagógicas inclusivas, ações de mediação de conflitos e a participação da comunidade escolar, fortalece-se a construção de um ambiente mais democrático, acolhedor e comprometido com a redução das desigualdades e da violência.

Conclui-se, portanto, que enfrentar a violência no contexto escolar requer o compromisso articulado entre escola, família, comunidade e poder público, de modo que a promoção da cultura de paz deixe de constituir apenas um princípio legal e se consolide como prática permanente no cotidiano das instituições de ensino. Assim, a escola reafirma sua função social como espaço de formação humana, convivência democrática e construção de uma sociedade mais justa e menos marcada pelas diferentes formas de violência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam. **Conversando sobre violência e convivências nas escolas**. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação, 2012.

ADORNO, Sérgio. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção social da juventude e a formação da identidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz nas escolas. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

DINIZ, Débora. **A violência como destino: desigualdade e juventude no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2015.

FARIAS, Gisele; BICALHO, Patrícia. Educação ambiental e cultura de paz: caminhos possíveis na escola pública. **Revista Educação e Humanidades**, v. 16, n. 3, p. 95-110, 2021.

FRANCO, Lúcia; SANTOS, Mariana. Educação e violência simbólica: desigualdades e práticas cotidianas na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 4, p. 112-130, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Violência contra crianças e adolescentes no Brasil: análise de dados e recomendações**. Brasília, DF: UNICEF, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAYECK, José. A violência urbana e o papel do Estado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da moral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MONTEIRO, Adriana; ASINELLI-LUZ, Arlete. Educação para a paz e prevenção da violência nas escolas: perspectivas e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 2, p. 567-584, 2020.

NASCIMENTO, Ana Paula; SILVA, Juliana. Formação docente e cultura de paz: um olhar sobre a mediação de conflitos escolares. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 22, n. 45, p. 132-150, 2022.

NODARI, Gerson. Educar para a paz: fundamentos e práticas. **Revista da Educação Básica**, v. 8, n. 2, p. 211-226, 2023.

OLIVEIRA, Marília; VIEIRA, Tatiane; COFFI, Helena. Comunicação não violenta e direitos humanos: práticas de convivência escolar. **Revista Educação em Foco**, v. 28, n. 1, p. 43-60, 2023.

REY, Fernando González. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

SAMANHO, Thaís; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte. **Violência e escola: escuta de professores e análise das práticas profissionais de orientação psicanalítica**. São Paulo: Zagodoni, 2015.

SILVA, José; SILVA, Maria. Violência e comportamento social: uma análise das desigualdades e conflitos contemporâneos. **Revista de Psicologia Social**, v. 21, n. 3, p. 405-420, 2006.

SILVA, Rafaela; BORTOT, Márcia. A cultura de paz como instrumento pedagógico na superação da violência escolar. **Revista Interdisciplinar em Educação e Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 22-39, 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 58, p. 32-57, 2021.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

TELES, Adriana. Violência simbólica e exclusão educacional: desafios para a construção da equidade na escola pública. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 44-59, 2020.

WEILER, Lucas; FREITAS, Bianca. Justiça restaurativa e educação socioemocional: estratégias para a cultura de paz. **Revista Brasileira de Educação e Práticas Docentes**, v. 4, n. 2, p. 77-91, 2024.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.